

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	78
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.721.076
Preferenciais	0
Total	1.721.076
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.380.155	1.383.956	1.377.990
1.01	Ativo Circulante	25.231	23.701	22.272
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.674	8.757	5.653
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.213	5.313	6.476
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	8.213	5.313	6.476
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	8.213	5.313	6.476
1.01.03	Contas a Receber	10.697	8.023	7.464
1.01.03.01	Clientes	9.996	7.843	7.163
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	701	180	301
1.01.06	Tributos a Recuperar	519	341	725
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	519	341	725
1.01.07	Despesas Antecipadas	842	995	1.505
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	286	272	449
1.01.08.03	Outros	286	272	449
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	97	92	178
1.01.08.03.02	Outros créditos	189	180	271
1.02	Ativo Não Circulante	1.354.924	1.360.255	1.355.718
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	211.869	189.205	160.693
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	14.858	14.674	13.330
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	14.858	14.674	13.330
1.02.01.07	Tributos Diferidos	192.098	168.782	143.829
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	192.098	168.782	143.829
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	699	891	1.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.214	4.858	2.294
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	4.209	4.848	2.294
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	5	10	0
1.02.03	Imobilizado	11.344	11.336	4.778
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	959	1.420	1.946
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.385	9.916	2.832

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.04	Intangível	1.131.711	1.159.714	1.190.247
1.02.04.01	Intangíveis	1.131.711	1.159.714	1.190.247
1.02.04.01.02	Intangível	1.096.763	1.137.195	1.153.584
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	34.948	22.519	36.663

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.380.155	1.383.956	1.377.990
2.01	Passivo Circulante	143.125	127.074	110.794
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.720	2.624	3.279
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.720	2.624	3.279
2.01.02	Fornecedores	10.588	11.617	13.834
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.588	11.617	13.834
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.191	2.125	2.143
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.091	1.068	1.024
2.01.03.01.02	IRRF	46	78	47
2.01.03.01.03	PIS	114	103	99
2.01.03.01.04	COFINS	524	474	455
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	407	413	423
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.100	1.057	1.119
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	79.740	65.881	50.318
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	52.136	49.236	41.110
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	52.136	49.236	41.110
2.01.04.02	Debêntures	27.604	16.645	9.208
2.01.05	Outras Obrigações	13.359	10.771	13.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.947	2.098	950
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.136	488	92
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.811	1.610	858
2.01.05.02	Outros	10.412	8.673	12.873
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.238	4.675	4.988
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	330	309	297
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	1.673	631	5.666
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar	2.967	2.936	1.922
2.01.05.02.09	Risco Sacado	204	122	0
2.01.06	Provisões	34.527	34.056	27.397
2.01.06.02	Outras Provisões	34.527	34.056	27.397

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	34.527	34.056	27.397
2.02	Passivo Não Circulante	506.850	485.693	455.505
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	279.147	339.492	369.848
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	151.458	199.319	220.517
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	151.458	199.319	220.517
2.02.01.02	Debêntures	127.689	140.173	149.331
2.02.01.02.01	Debêntures	127.689	140.173	149.331
2.02.02	Outras Obrigações	177.899	92.720	38.630
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	168.581	85.145	37.531
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	168.581	85.145	37.531
2.02.02.02	Outros	9.318	7.575	1.099
2.02.02.02.04	Arrendamento Mercantil a pagar	7.804	7.144	1.005
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	1.514	431	94
2.02.04	Provisões	49.804	53.481	47.027
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.570	26.378	27.280
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	987	2.292	1.918
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	810	345	252
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	22.773	23.741	25.110
2.02.04.02	Outras Provisões	25.234	27.103	19.747
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	25.234	27.103	19.747
2.03	Patrimônio Líquido	730.180	771.189	811.691
2.03.01	Capital Social Realizado	1.099.584	1.094.734	1.086.534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-369.404	-323.545	-274.843

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	242.946	220.451	238.856
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-244.692	-240.168	-251.085
3.03	Resultado Bruto	-1.746	-19.717	-12.229
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.337	-11.903	-26.621
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.630	-12.352	-26.728
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-11.630	-12.352	-25.375
3.04.02.02	Remuneração da Administração	0	0	-1.353
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	293	449	107
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.083	-31.620	-38.850
3.06	Resultado Financeiro	-56.092	-42.035	-45.036
3.06.01	Receitas Financeiras	1.768	2.310	1.635
3.06.02	Despesas Financeiras	-57.860	-44.345	-46.671
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-57.816	-44.256	-46.647
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-44	-89	-24
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-69.175	-73.655	-83.886
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	23.316	24.953	30.304
3.08.02	Diferido	23.316	24.953	30.304
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-45.859	-48.702	-53.582
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-45.859	-48.702	-53.582
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0266	-0,0283	-0,0321
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,0266	-0,0283	-0,0321

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-45.859	-48.702	-53.582
4.03	Resultado Abrangente do Período	-45.859	-48.702	-53.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.397	64.197	54.699
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	111.850	98.492	98.165
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-45.859	-48.702	-53.582
6.01.01.02	Baixa de ativos por direito de uso	-204	0	0
6.01.01.03	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis Líquidos	3	1.671	609
6.01.01.04	Imposto de renda e contrubuição social diferidos	-23.316	-24.953	-30.304
6.01.01.05	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-603	-317	-687
6.01.01.06	Juros e variações monetárias de empréstimos	17.687	19.032	23.562
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de debêntures	28.185	18.724	17.218
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	7.218	2.252	625
6.01.01.09	Despesas/(receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	3.640	3.351	3.421
6.01.01.10	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-26	1.470	15.352
6.01.01.11	Constituição de provisão para manutenção	25.796	31.357	32.018
6.01.01.12	Depreciações e amortizações	99.329	95.615	89.933
6.01.01.13	Atualização monetária provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscais	0	-1.008	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.453	-34.295	-39.456
6.01.02.01	Contas a receber	-2.153	-680	-655
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-521	121	-296
6.01.02.04	Despesas antecipadas	345	859	-1.271
6.01.02.05	Impostos a recuperar	121	627	273
6.01.02.06	Pagamento de juros	-30.556	-23.884	-36.131
6.01.02.07	Outros créditos	-9	91	-103
6.01.02.08	Depósitos judiciais	639	-2.554	-583
6.01.02.09	Fornecedores	-4.291	-373	-1.990
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	919	-697	0
6.01.02.11	Cauções contratuais	80	-41	-630
6.01.02.12	Obrigações sociais	96	-655	-272
6.01.02.13	Obrigações fiscais	339	-1.003	-152
6.01.02.14	Custo de transação - empréstimos	252	291	303

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.15	Outras contas a pagar	1.042	-5.035	3.400
6.01.02.16	Taxa de fiscalização	21	12	11
6.01.02.17	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-1.782	-1.364	-1.360
6.01.02.18	Outras contas a receber	5	-10	0
6.01.03	Outros	0	0	-4.010
6.01.03.01	Outros valores pagos	0	0	-4.010
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-94.728	-79.594	-103.402
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-24	0	-58
6.02.02	Aquisições de itens do Intangível	-91.924	-79.487	-98.885
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-211	-2.668	-2.893
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	331	1.398	3.202
6.02.05	Aplicação financeira	-2.900	1.163	-4.768
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	14.248	18.501	48.978
6.03.01	Risco Sacado - captação	486	923	8.824
6.03.02	Risco Sacado - pagamento	-402	-1.046	-13.502
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-3.227	-4.361	0
6.03.04	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	45.700	37.000
6.03.05	Pagamentos de empréstimos - principal	-46.870	-22.089	-35.247
6.03.08	Pagamento de debêntures	-17.889	-8.826	-1.597
6.03.09	Aumento/Integralização de capital	4.850	8.200	53.500
6.03.10	Captações de empréstimos	77.300	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.083	3.104	275
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.757	5.653	5.378
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.674	8.757	5.653

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.094.734	0	0	-323.545	0	771.189
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.094.734	0	0	-323.545	0	771.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.850	0	0	0	0	4.850
5.04.08	Integralização Capital	4.850	0	0	0	0	4.850
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.859	0	-45.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.859	0	-45.859
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-369.404	0	730.180

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.086.534	0	0	-274.843	0	811.691
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.086.534	0	0	-274.843	0	811.691
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.200	0	0	0	0	8.200
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	8.200
5.04.08	Integralização de Capital	8.200	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.702	0	-48.702
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.702	0	-48.702
5.07	Saldos Finais	1.094.734	0	0	-323.545	0	771.189

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	53.500	0	0	0	0	53.500
5.04.01	Aumentos de Capital	53.500	0	0	0	0	53.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.582	0	-53.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.582	0	-53.582
5.07	Saldos Finais	1.086.534	0	0	-274.843	0	811.691

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	263.050	239.062	254.511
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	194.853	175.726	180.202
7.01.02	Outras Receitas	3.896	4.177	928
7.01.02.01	Outras receitas	1.190	1.973	928
7.01.02.02	Juros capitalizados	2.706	2.204	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	64.301	59.159	73.381
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-134.725	-138.674	-170.138
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-28.620	-30.480	-31.917
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.183	-8.717	-9.468
7.02.04	Outros	-96.922	-99.477	-128.753
7.03	Valor Adicionado Bruto	128.325	100.388	84.373
7.04	Retenções	-99.329	-95.615	-89.933
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-99.329	-95.615	-89.933
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.996	4.773	-5.560
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.724	2.221	4.139
7.06.02	Receitas Financeiras	1.768	2.310	1.635
7.06.03	Outros	-44	-89	2.504
7.06.03.01	Juros capitalizados	0	0	2.528
7.06.03.02	Outros	-44	-89	-24
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	30.720	6.994	-1.421
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.720	6.994	-1.421
7.08.01	Pessoal	22.253	18.768	17.577
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.731	13.781	13.076
7.08.01.02	Benefícios	4.476	4.040	3.597
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.046	947	904
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-6.175	-9.663	-14.760
7.08.02.01	Federais	-15.962	-18.513	-23.837
7.08.02.03	Municipais	9.787	8.850	9.077
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.283	44.339	48.719

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.01	Juros	45.872	37.756	40.780
7.08.03.02	Aluguéis	189	202	177
7.08.03.03	Outras	7.222	6.381	7.762
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	572	550	820
7.08.03.03.03	Outras	4.516	4.177	5.234
7.08.03.03.04	Juros Capitalizados Debêntures	2.134	1.654	1.708
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-38.641	-46.450	-52.957
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.218	2.252	625
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-45.859	-48.702	-53.582

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Planalto Sul.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Planalto Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116, que liga a cidade de Curitiba-PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 2 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

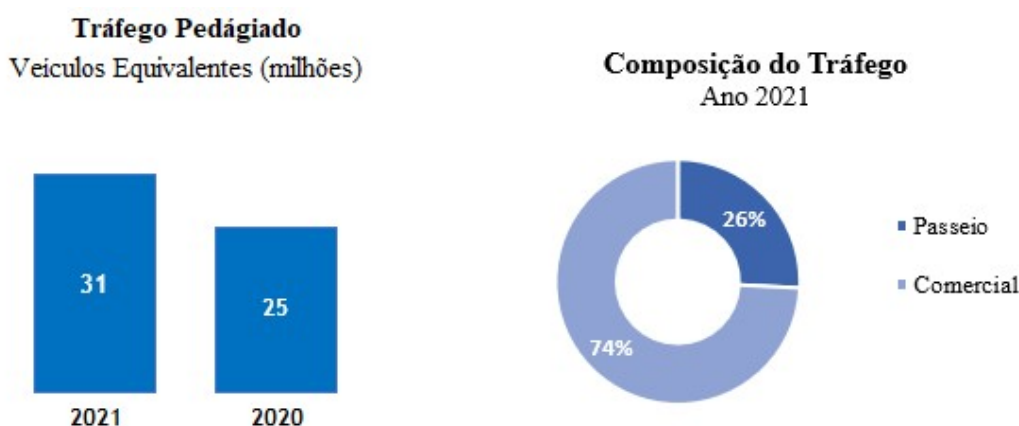
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Planalto Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em abril de 2021 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio, permanecendo a tarifa de veículos de passeio em R\$6,20 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2021, o tráfego pedagiado totalizou 31 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 24% superior aos 25 milhões registrados em 2020.



A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$260 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 10,3% sobre 2020, quando totalizou R\$236 milhões.

A receita de pedágio registrou R\$195 milhões em 2021, uma variação de 10,9% em relação à 2020, quando totalizou R\$176 milhões. Essa variação deve-se principalmente o enfrentamento da pandemia a qual teve reflexos negativos em 2020, onde em 2021 houve a retomada do crescimento da economia, refletida juntamente com o tráfego pedagiado.

A receita de obras registrou R\$64 milhões em 2021, contra R\$59 milhões registrada em 2020, representando uma variação de 8,7%. Resultado da variação em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$0,9 milhões em 2021, o que representa 0,3% da receita bruta. No ano de 2021, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$243 milhões, um aumento de R\$22 milhões em relação ao ano de 2020.

Investimentos

O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2021 foi de R\$68,6 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$65,8 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R\$308,4 milhões executados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

Investimentos

	Investimentos - em R\$ milhões		
	2021	2020	Var. %
Ampliação da Rodovia	6,6	22,7	-70,9%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	30,4	11,5	163,6%
Outros Investimentos	31,6	31,5	0,3%
Total	68,6	65,8	4,4%

Durante o ano, foi concluída a recuperação de 4 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/SC).

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$82,2 milhões, dos quais R\$77,3 milhões foram através de captação da 6ª, 7ª e 8ª emissão de Debêntures Privadas e R\$4,9 milhões através de aumento e integralização de capital social.

Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como prejuízo pela Concessionária foi de R\$29 milhões, representando 11% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 508% em relação a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2020, em que o valor adicionado foi de R\$5 milhões representando 2% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos de 2021 e 2020 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2021, a Concessionária investiu R\$42 mil (R\$35 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais

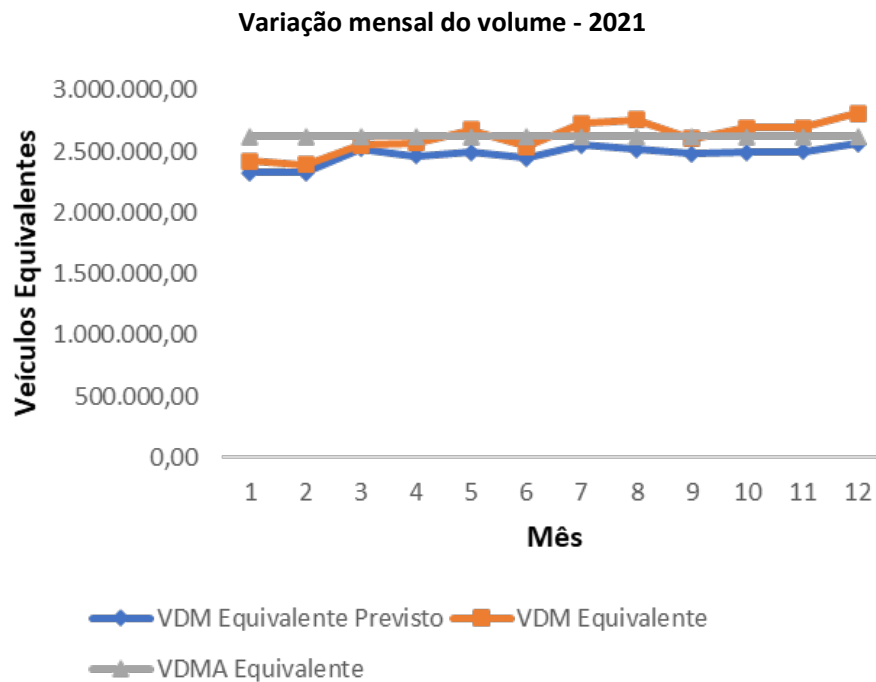
a) Caracterização do Tráfego

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Segurança no Trânsito

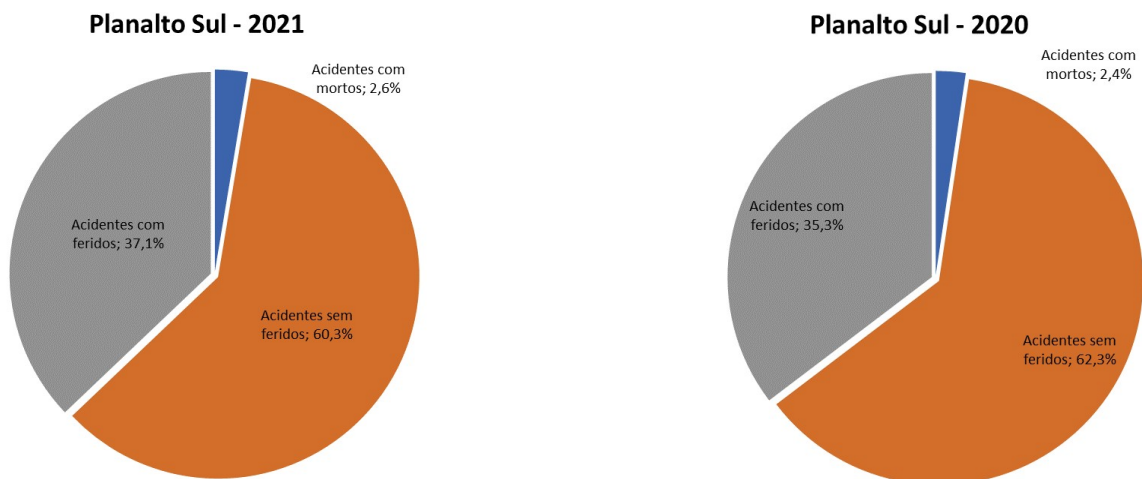
Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

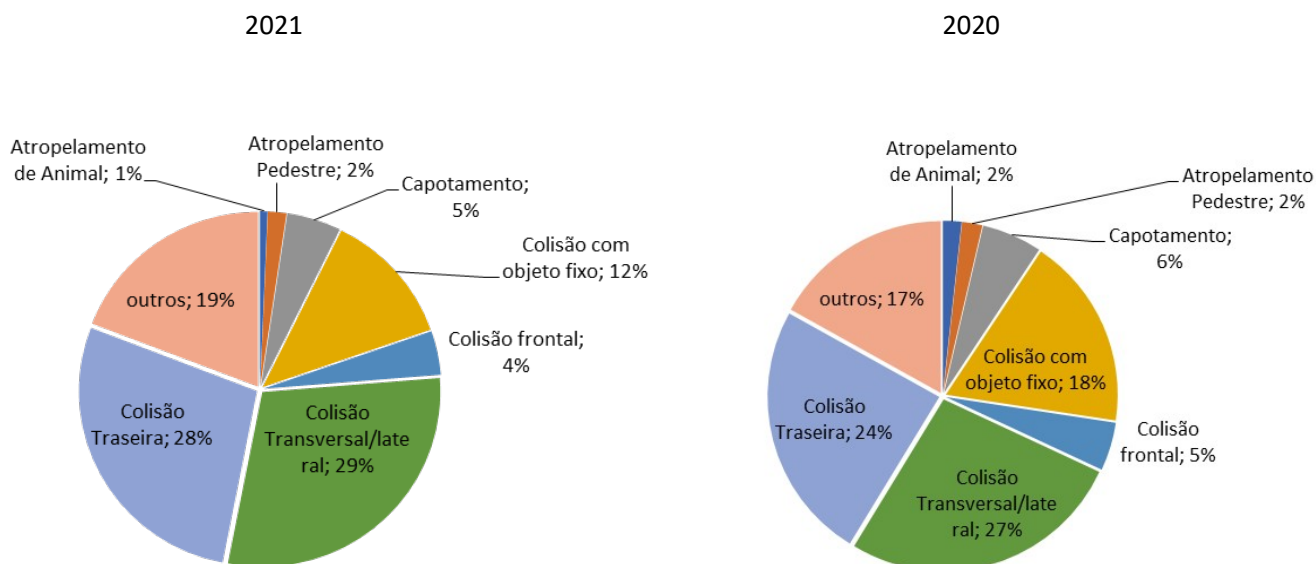


Percentual de acidentes por gravidade



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**c) Dados de Operação da Concessão****Veículos Alocados**

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/412,7km
Viatura de inspeção	5	1,21
Guincho Leve	9	2,18
Guincho Pesado	3	0,73
Guincho Super Pesado	0	0,00
Carro Resgate	0	0,00
Ambulância Simples	9	2,18
UTI	2	0,48
Caminhão Operacional	2	0,48
Caminhão Pipa	2	0,48
Caminhão Boiadeiro	1	0,24
Balança Móvel	0	0,00
Balança Fixa	2	0,48
Total de veículos operacionais	35	8,48
Administração	24	5,82
Operação de Tráfego (Líderes e Supervisores)	5	1,21
Pedágio	2	0,48
Animal (carretinha)	2	0,48
Caminhão	1	0,24
Kombi	0	0,00
Picape	3	0,73
Segurança de trabalho	2	0,48
Manutenção	4	0,97
Faixa de domínio	0	0,00
Total de veículos de apoio	43	10,42
Total de veículos	78	18,90

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Funcionários Alocados**

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Cargo	Quantidade	Qtde/10.000
Analista de Cca Jr	1	0,12
Analista de Trafego Jr	2	0,23
Analista Administrativo Jr	1	0,12
Assistente Administrativo	1	0,12
Assistente de Trafego	1	0,12
Assistente de Engenharia II	1	0,12
Auxiliar Administrativo	1	0,12
Auxiliar de Balança	24	2,79
Auxiliar de Serviços Gerais	1	0,12
Controlador de CCA I	10	1,16
Enfermeiro	9	1,05
Engenheiro Civil II	1	0,12
Inspetor de Trafego	23	2,67
Médico	17	1,97
Operador de Balanca	7	0,81
Operador de CCA	4	0,46
Operador de Cco	9	1,05
Operador de Guincho	55	6,39
Operador de Guincho Pesado	12	1,39
Operador de Pipa	8	0,93
Socorrista	132	15,33
Supervisor de Tráfego	2	0,23
Total Tráfego	322	37,39
Assistente de Pedagio	20	2,32
Operador de Pedagio	101	11,73
Total Arrecadação	121	14,05
Total	443	51,45

d) Aspectos Financeiros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2021	Acumulada
Receita	260.050	3.351.023

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2021	Acumulado
Investimentos	68.628	1.698.956

Custos Operacionais (em R\$ mil)

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$157 milhões em 2021, ante R\$156 milhões em 2020, aumento de 0,6%. A maior parte desta variação refere-se a revisão do cronograma de obras, o qual tem impacto direto com a provisão de manutenção.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$67 milhões em 2021, um aumento de 1% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$66 milhões, a principal causa dessa variação foi o pagamento de custos com conservação da rodovia, ocorrido em 2021.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ISS	Em 2021	Acumulado
	12.351	131.893

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ Mil)

EBITDA e EBITDA Ajustado			
(Em milhares de reais)			
	2021	2020	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	242,9	220,4	10,2%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(157,0)	(156,4)	0,4%
EBITDA ¹	86,0	63,9	34,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	25,5	31	-17,7%
EBITDA Ajustado ²	111,7	95,3	17,3%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Endividamento (em R\$ mil)

	2021	2020	Var %
Dívida Bruta	359,1	405,5	-11,4%
Curto Prazo	79,9	66,0	21,1%
Longo Prazo	279,1	339,5	-17,8%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	12,9	14,1	-8,4%
Aplicações financeiras vinculadas 1	14,9	14,7	1,3%
Dívida Líquida	331,3	376,8	-12,1%

1Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com prejuízo líquido de R\$45,8 milhões, uma redução de -R\$2,8 milhões frente ao resultado de R\$48,7 milhões registrado no exercício de 2020. Essa variação deriva principalmente do resultado da reestruturação e implantação da Regional Sul, tivemos leve aumento do tráfego, reflexo da retomada da economia frente ao COVID19.

Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2021 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 - Fazenda Rio Grande	bidirecional	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P2 - Rio Negro		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P3 - Monte Castelo		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P4 - Santa Cecília		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P5 - Correria Pinto		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Concessionária em números****Tabela - Rodovias**

Dados anuais 2021	Unidade de medida ou comentário
-------------------	---------------------------------

Quilômetros de rodovia	412,7 quilômetros
------------------------	-------------------

Número de veículos que transitaram	CAT-01	7.951.091	57%
	CAT-02	1.193.871	9%
	CAT-03	62.497	0%
	CAT-04	1.177.172	8%
	CAT-05	10.144	0%
	CAT-06	934.108	7%
	CAT-07	612.323	4%
	CAT-08	1.634.925	12%
	CAT-09	290.580	2%
	TOTAL	13.866.711	100%

Número de praças de pedágios	5 praças
------------------------------	----------

Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 6,20			
	Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	6,20
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	12,40
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi reboque	3	3	9,30
	Caminhão, Caminhão Trator semi reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	18,60
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	12,40
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi reboque	4	6	24,80
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi reboque	5	7	31,00
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi reboque	6	8	37,20	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	3,10
--	--	---	---	------

Número de quilômetros mantidos	412,7 quilômetros
---------------------------------------	-------------------

Índice de congestionamento	Nível C
-----------------------------------	---------

Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária (em milhares)
	Jan	78.071
	Fev	85.322
	Mar	82.296
	Abr	85.670
	Mai	86.389
	Jun	84.690
	Jul	88.047
	Ago	88.928
	Set	86.743
	Out	86.854
	Nov	89.713
	Dez	90.595

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	86.110	em milhares
--	-------------	--------	-------------

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo	Pavimentação
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

Índices de qualidade de	Rodovia: BR-116 (PR)
--------------------------------	-----------------------------

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



estrada	Parâmetro	Ano 14	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
Rodovia: BR-116 (SC)			
	Parâmetro	Ano 14	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Receita de pedágio	194.853 em R\$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	17.104 em R\$ mil

Fator Trabalho	
Número de Trabalhadores	298
Despesas de Pessoal	22.257 em R\$ mil

Fator Capital	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	27.745 em R\$ mil
Ativo Bruto	1.380.155 em R\$ mil
Série Histórica dos Investimentos	1.698.956 em R\$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

Fatores Intermediários	
Despesas em Administração	3.976 em R\$ mil
Despesas em Manutenção	730 em R\$ mil
Outras Despesas	0 em R\$ mil

Seguridade	
Quantidade de Acidentes	892 Acidentes sem feridos
	549 Acidentes com feridos
	39 Acidentes com mortos

Indicadores	
Receita por veículo ou KM	630 por KM
Custo por veículo ou KM	593 por KM

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanco Social

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



	2021			2020		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	260.050			235.771		
Receita líquida (RL)	242.946			220.451		
Resultado operacional (RO)	-69.175			-73.655		
Folha de pagamento bruta (FPB)	10.890			9.085		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	10.890			9.085		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.212	20%	1%	2.046	23%	1%
Encargos Sociais	4.088	38%	2%	3.543	39%	2%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	1.976	18%	1%	1.701	19%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	217	2%	0%	135	1%	0%
Educação	6	0%	0%	17	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	42	0%	0%	35	0%	0%
Creches ou auxílio creche	166	2%	0%	200	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.251	11%	1%	643	7%	0%
Outros	117	1%	0%	76	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	10.075	93%	4%	8.398	92%	4%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	89	1%	0%	84	1%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	80	1%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	169	2%	0%	84	1%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	16.896	155%	7%	14.953	165%	7%
Total - Indicadores sociais externos	17.065	157%	7%	15.037	166%	7%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	207	2%	0%	373	4%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	207	2%	0%	373	4%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumprir de 0 a 50% () Cumprir de 50 a 75% (X) Cumprir de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumprir de 0 a 50% () Cumprir de 50 a 75% () Cumprir de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	298			329		
Tempo de serviço	9% até seis meses 12% de seis meses a um ano 33% entre um e dois anos 28% entre dois e cinco anos 18% mais de cinco anos			28% até seis meses 4% de seis meses a um ano 21% entre um e dois anos 24% entre dois e cinco anos 23% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	64			113		
Nº de demissões durante o período	88			87		
Nº de colaboradores terceirizados	504			748		
Nº de estagiários (as)	0			0		
Nº de colaboradores com até 18 anos	2			1		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	48			82		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	192			187		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	56			59		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	122			178		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%			1%		
Remuneração paga a mulheres no período	2.258			3.887		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	1			2		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	7			11		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	23.743			59.150		
Total de horas extras pagas (valor)	355			679		
Total de INSS pagos	3.251			3.800		
Total de FGTS pago	770			788		
Total de Contribuição Sindical paga	0			0		
Totais dos demais encargos sociais pagos	0			0		
Total de IRRF recolhido no período	471			533		
Total de ICMS recolhidos no período	0			0		
Total de IRPJ recolhido no período	-266			0		
Total de CSLL recolhido no período	0			0		
Total de PIS recolhidos no período	1.260			1.143		
Total de COFINS recolhidos no período	5.816			5.276		
Total de outros tributos recolhidos no período	9.685			8.797		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	37,89			38,9		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores			() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA			() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA		
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT			() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica			() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores			() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos			() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos		
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva			() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 4% na Justiça			0% no PROCON 4% na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir	30.720			6.994		
Distribuição do Valor Adicionado	-20% Governo -136% Acionistas 72% Colaboradores 173% Terceiros 0% Retidos			-138% Governo -664% Acionistas 268% Colaboradores 634% Terceiros 0% Retidos		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	37,89	38,9
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 4% na Justiça	0% no PROCON 4% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	30.720	6.994
Distribuição do Valor Adicionado	-20% Governo -126% Acionistas 72% Colaboradores 173% Terceiros 0% Retidos	-138% Governo -664% Acionistas 268% Colaboradores 634% Terceiros 0% Retidos

Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa.

Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda ESG (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas.

Base do plano estratégico da companhia, a Agenda ESG está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento.

Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda ESG da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias LED em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias.

Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década.

Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela Childhood Brasil. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders, as empresas Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta.

Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice “zero” de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção.

Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020).

Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão.

Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio.

Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio Negro, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor
de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico e Financeiro/
Diretora de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Contador

Fernando Vinicius de Lima
CRC SP-305385/O-9

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheira

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040, bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (controladora) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 kms de duplicações de rodovia.
- 48,3 kms de terceiras faixas.
- 13,72 kms de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba – PR.
- Construção de onze passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO’s.
- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2021 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$24.767 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$572.826 (R\$139.359 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$243.477 (R\$255.545 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2021 estas obras estão estimadas em R\$16.671 (R\$82.202 em 31 de dezembro de 2020). Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

No exercício de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

A Planalto Sul, informa que está em negociações para firmar, um Termos de Ajuste de Conduta- "TAC" com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

Notas Explicativas

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 tiveram seus vencimentos postergados e foram depositados em setembro a dezembro de 2021.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas foram aplicadas e a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, identificadas como. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo conselho de administração em 23 de fevereiro de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço

Notas Explicativas

de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Notas Explicativas

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

Notas Explicativas

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32);
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- (g) IFRS 17 Contratos de Seguros;
- (h) Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- (i) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- (j) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	960	1.749
Fundos de investimentos (*)	3.714	7.008
Total	<u>4.674</u>	<u>8.757</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos (**)	8.213	5.313
Total	<u>8.213</u>	<u>5.313</u>

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 95,00% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

**As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.151	-	7.140	-
Cupons de pedágio a receber	148	-	202	-
Cartões de pedágio a receber	91	-	99	-
Receitas acessórias a receber (a)	605	5	402	10
Outras receitas a receber	1	-	-	-
Total	<u>9.996</u>	<u>5</u>	<u>7.843</u>	<u>10</u>

(a) Receitas acessórias a receber referente ao uso de faixa de domínio.

Cronograma de recebimento:

<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Circulante	Circulante

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

		NÃO Circulante		NÃO Circulante
Créditos a vencer	9.769	5	7.734	10
Créditos vencidos até 60 dias	183	-	108	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5	-	-	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	39	-	1	-
	<u>9.996</u>	<u>5</u>	<u>7.843</u>	<u>10</u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(69.175)	(73.655)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	23.520	25.043
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(204)	(90)
Total	<u>23.316</u>	<u>24.953</u>
Imposto Contabilizado	23.316	24.953
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>23.316</u>	<u>24.953</u>
	<u>23.316</u>	<u>24.953</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		

Notas Explicativas

Prejuízo fiscal e base negativa (a)	494.341	423.844
Provisão de participação nos lucros	756	746
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	24.569	26.378
Outras provisões	436	776
Provisão para manutenção de rodovias	59.761	61.159
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	-	
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	541	309
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(25)	(17)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	580.445	513.261
Alíquota nominal	34%	34%
Total	197.351	174.509

Diferenças temporárias passivas

Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	4	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	9.688	8.300
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(15.451)	(16.843)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(5.253)	(5.727)
Total do imposto de renda e contribuição social contabilizado	192.098	168.782

Movimentos de resultados representados por:	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo fiscal e base negativa	70.497	58.904
Provisão de participação nos lucros	10	(294)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.809)	(902)
Outras provisões	(340)	218
Provisão para manutenção de rodovias	(1.398)	14.015
Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	4	2
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	232	68
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.388	1.380
Amortização estorno de capitalização de juros	(7)	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	68.577	73.391
Alíquota nominal	34%	34%
Total	23.316	24.953
Total do imposto de renda e contribuição social	23.316	24.953

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*).

- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue: Exercícios a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2024	18.675
2025	18.675
2026	18.675
Após 2027	112.051
	<u>168.076</u>

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade teve que depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permaneceu até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passou para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$14.858 (R\$14.674 em 31 de dezembro de 2020), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,90% a.a (95,00% a.a em 31 de dezembro de 2020) da variação do CDI.

Notas Explicativas**9. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2020	9.019	2.435	411	265	19	237	12.386
Remensuração	744	37	13	9	-	47	850
Adições	-	2.618	-	-	-	-	2.618
Baixas	(3)	(2.281)	(4)	-	-	(186)	(2.474)
Saldo em 31.12.2021	<u>9.760</u>	<u>2.809</u>	<u>420</u>	<u>274</u>	<u>19</u>	<u>98</u>	<u>13.380</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(449)	(1.611)	(115)	(65)	(4)	(226)	(2.470)
Amortização	(1.830)	(865)	(178)	(227)	(15)	(88)	(3.203)
Baixa	3	2.478	4	-	-	193	2.678
Saldo em 31.12.2021	<u>(2.276)</u>	<u>2</u>	<u>(289)</u>	<u>(292)</u>	<u>(19)</u>	<u>(121)</u>	<u>(2.995)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2020	8.570	824	296	200	15	11	9.916
Saldo em 31.12.2021	7.484	2.811	131	(18)	-	(23)	10.385
Taxas de amortização - a.a.	20%	35%	57%	60%	100%	41%	

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2019	3.152	2.364	423	459	193	232	179	7.002
Adições	10.405	71	411	81	41	5	194	11.208
Baixas	(4.538)	-	(423)	(275)	(215)	-	(373)	(5.824)
Saldo em 31.12.2020	<u>9.019</u>	<u>2.435</u>	<u>411</u>	<u>265</u>	<u>19</u>	<u>237</u>	<u>-</u>	<u>12.386</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2019	(2.492)	(788)	(282)	(167)	(151)	(111)	(179)	(4.170)
Amortização	(2.495)	(823)	(256)	(173)	(68)	(115)	(194)	(4.124)
Baixa	4.538	-	423	275	215	-	373	5.824
Saldo em 31.12.2020	<u>(449)</u>	<u>(1.611)</u>	<u>(115)</u>	<u>(65)</u>	<u>(4)</u>	<u>(226)</u>	<u>-</u>	<u>(2.470)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2019	660	1.576	141	292	42	121	-	2.832
Saldo em 31.12.2020	8.570	824	296	200	15	11	-	9.916
Taxas de amortização - a.a.	28%	58%	51%	49%	84%	83%	100%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a veículos administrativos.
(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
(g) Refere-se a locação de cofres.

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2020	496	1.259	606	1.048	1.283	73	4.765
Adições	20	4	-	-	-	-	24
Saldo em 31.12.2021	<u>516</u>	<u>1.263</u>	<u>606</u>	<u>1.048</u>	<u>1.283</u>	<u>73</u>	<u>4.789</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(418)	(874)	(485)	(695)	(865)	(8)	(3.345)
Depreciações	(21)	(172)	(112)	(87)	(93)	-	(485)
Saldo em 31.12.2021	<u>(439)</u>	<u>(1.046)</u>	<u>(597)</u>	<u>(782)</u>	<u>(958)</u>	<u>(8)</u>	<u>(3.830)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	78	385	121	353	418	65	1.420
Saldo em 31.12.2021	77	217	9	266	325	65	959
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2019	496	1.275	606	1.048	1.288	73	4.786
Alienações/baixas	-	(16)	-	-	(5)	-	(21)
Saldo em 31.12.2020	<u>496</u>	<u>1.259</u>	<u>606</u>	<u>1.048</u>	<u>1.283</u>	<u>73</u>	<u>4.765</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2019	(389)	(715)	(365)	(595)	(768)	(8)	(2.840)
Depreciações	(29)	(173)	(120)	(100)	(101)	-	(523)
Alienações/baixas	-	14	-	-	4	-	18
Saldo em 31.12.2020	<u>(418)</u>	<u>(874)</u>	<u>(485)</u>	<u>(695)</u>	<u>(865)</u>	<u>(8)</u>	<u>(3.345)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2019	107	560	241	453	520	65	1.946
Saldo em 31.12.2020	78	385	121	353	418	65	1.420
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.593.273	2.151	29	1.595.453	22.489	1.617.942
Adições	49.959	663	-	50.622	17.019	67.641
Transferências/reclassificações	4.589	-	(29)	4.560	(4.560)	-
Alienações/baixas	(3)	-	-	(3)	-	(3)
Saldo em 31.12.2021	<u>1.647.818</u>	<u>2.814</u>	<u>-</u>	<u>1.650.632</u>	<u>34.948</u>	<u>1.685.580</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(456.965)	(1.263)	-	(458.228)	-	(458.228)
Amortizações	(95.488)	(153)	-	(95.641)	-	(95.641)
Saldo em 31.12.2021	<u>(552.453)</u>	<u>(1.416)</u>	<u>-</u>	<u>(553.869)</u>	<u>-</u>	<u>(553.869)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.136.308	888	29	1.137.225	22.489	1.159.714
Saldo em 31.12.2021	1.095.365	1.398	-	1.096.763	34.948	1.131.711
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.519.471	1.440	-	1.520.911	36.663	1.557.574
Adições	36.659	711	175	37.545	24.558	62.103
Transferências/reclassificações	38.878	-	(146)	38.732	(38.732)	-
Alienações/baixas	(1.735)	-	-	(1.735)	-	(1.735)
Saldo em 31.12.2020	<u>1.593.273</u>	<u>2.151</u>	<u>29</u>	<u>1.595.453</u>	<u>22.489</u>	<u>1.617.942</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(366.120)	(1.207)	-	(367.327)	-	(367.327)
Amortizações	(90.912)	(56)	-	(90.968)	-	(90.968)
Alienações/baixas	67	-	-	67	-	67
Saldo em 31.12.2020	<u>(456.965)</u>	<u>(1.263)</u>	<u>-</u>	<u>(458.228)</u>	<u>-</u>	<u>(458.228)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.153.351	233	-	1.153.584	36.663	1.190.247
Saldo em 31.12.2020	1.136.308	888	29	1.137.225	22.489	1.159.714
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade complementou no montante de R\$2.706 (R\$2.204 em 31 de dezembro de 2020) o valor justo dos intangíveis e intangíveis em andamento tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 0,54% e em 2020 0,44%, do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12.

Análise de impairment

A Sociedade efetuou teste de impairment durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis.

Notas Explicativas

Notas Explicativas**12. FINANCIAMENTOS**

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2021	31.12.2020
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	150.781	189.831
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	32.929	37.905
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	20.605	21.702
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	243	283
				204.558	249.721
			Custo de transação	(964)	(1.166)
			Total Geral	203.594	248.555
			Circulante	52.136	49.236
			Não circulante	151.458	199.319
			Total	203.594	248.555

Estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	49.437	200.283	249.720	40.866	221.684	262.550
Juros provisionados	18.259	-	18.259	5.690	-	14.520
Amortização de principal	(46.870)	-	(46.870)	(14.109)	-	(13.543)
Pagamento de juros	(16.551)	-	(16.551)	(4.410)	-	(4.410)
Transferência	48.063	(48.063)	-	21.400	(21.400)	-
	52.338	152.220	204.558	49.437	200.284	249.721
Custo de transação	(202)	(762)	(964)	(201)	(965)	(1.166)
Saldo final	52.136	151.458	203.594	49.236	199.319	248.555

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2023	53.808
2024	50.698
2025	32.287
2026	15.427
	152.220

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
 - ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
 - iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.
- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresentou os seguintes índices:

- ICSD – 1,18
- Saldo Devedor/Receita Bruta – 0,00%
- Patrimônio Líquido/Passivo Total – 52,91%

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	155.993	157.568
				<u>155.993</u>	<u>157.568</u>
			Custo de transação	<u>(700)</u>	<u>(750)</u>
			Total	<u>155.293</u>	<u>156.818</u>
			Circulante	27.604	16.645
			Não circulante	<u>127.689</u>	<u>140.173</u>
			Total	155.293	156.818

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	16.730	140.838	157.568	9.348	150.030	159.378
Juros provisionados	14.050	16.269	30.319	-	20.378	20.378
Amortização de principal	(17.889)	-	(17.889)	(8.826)	-	(8.826)
Pagamento de juros	(14.005)	-	(14.005)	(13.362)	-	(13.362)
Transferências	28.893	(28.893)	-	29.570	(29.570)	-
	<u>27.779</u>	<u>128.214</u>	<u>155.993</u>	<u>16.730</u>	<u>140.838</u>	<u>157.568</u>
Custo de transação	(175)	(525)	(700)	(85)	(665)	(750)
Saldo final	<u>27.604</u>	<u>127.689</u>	<u>155.293</u>	<u>16.645</u>	<u>140.173</u>	<u>156.818</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Data integralização

Notas Explicativas

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>		<u>Valor subscrito</u>
2ª Emissão - Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		<u>100.000</u>			<u>106.845</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2023	37.188
2024	48.659
2025	<u>42.367</u>
	<u>128.214</u>

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

A escritura da 2ª emissão da Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos, apresentando, portanto, os mesmos índices descritos na referida Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas na escritura da 2ª emissão de debêntures.

A Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos NE 12.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$10.588 (R\$11.617 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.238 (R\$4.675 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (a)	-	3
Intervias S.A. (a)	-	2
Fluminense S.A. (a)	-	1
Fernão dias S.A. (a)	-	4
Régis Bittencourt S.A. (a)	701	83
Litoral Sul S.A. (a)	-	86
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	1
Contas a receber de partes relacionadas circulante	<u>701</u>	<u>180</u>
Total parte relacionada no ativo circulante	<u>701</u>	<u>180</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a/b)	1.811	1.610
Régis Bittencourt S.A. (a)	2	60
Litoral Sul S.A. (a)	1.134	358
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	70
Passivos com partes relacionadas circulante	<u>2.947</u>	<u>2.098</u>
Total do passivo circulante	<u>2.947</u>	<u>2.098</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	168.581	85.145
Empréstimos partes relacionadas não circulante	<u>168.581</u>	<u>85.145</u>
Total do passivo não circulante	<u>168.581</u>	<u>85.145</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.12.2021		31.12.2020	
	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (C)	Despesas gerais (a)
Controladora				
Arteris S.A.	(7.218)	(6.481)	(2.252)	(5.031)
Outras partes relacionadas				
Régis Bittencourt S.A.	-	(106)	-	-
Litoral Sul S.A.	-	(3.175)	-	-
Total	(7.218)	(9.762)	(2.252)	(5.031)

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês.
- (c) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019 e 05 de fevereiro de 2020, respectivamente. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	1.070	9.000	621
20.09.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	334	3.500	164
21.10.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	11.500	1.042	11.500	484
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	776	9.000	341
20.12.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.000	325	4.000	133
20.01.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	13.000	1.010	13.000	388
20.03.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.200	502	7.200	161
06.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	136	2.000	41
20.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.200	279	4.200	81
20.11.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	8.500	418	8.500	23
07.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	800	38	800	1
21.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	10.000	469	10.000	7
20.01.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.200	278	-	-

Notas Explicativas

22.02.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.100	132	-	-
22.02.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.900	90	-	-
22.03.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.200	54	-	-
05.04.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	87	-	-
20.04.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	251	-	-
20.05.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	288	-	-
07.06.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.100	40	-	-
21.06.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.850	273	-	-
05.07.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.300	43	-	-
20.07.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.150	66	-	-
05.08.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.400	37	-	-
20.08.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	178	-	-
06.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	43	-	-
20.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.600	149	-	-
05.10.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.000	17	-	-
20.10.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	88	-	-
22.11.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	45	-	-
06.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	9	-	-
20.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	10	-	-
20.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	4	-	-
			<u>160.000</u>	<u>8.581</u>	<u>82.700</u>	<u>2.445</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras na rodovia, registrada no intangível da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$864 (R\$878 em 31 de dezembro de 2020), com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$344 (R\$215 e, 31 de dezembro de 2020) já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$1.026 (R\$1.116, em 31 de dezembro de 2020), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	2.936	7.144	10.080	1.922	1.005	2.927
Remensuração	850	-	850	-	-	-
Adições	281	2.337	2.618	2.128	9.068	11.196
Utilização	(3.512)	-	(3.512)	(4.401)	-	(4.401)
Ajuste a valor presente - AVP	735	-	735	358	-	358
Transferência	1.677	(1.677)	-	2.929	(2.929)	-
	<u>2.967</u>	<u>7.804</u>	<u>10.771</u>	<u>2.936</u>	<u>7.144</u>	<u>10.080</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2023	3.048
2024	3.040
2025	<u>1.716</u>
	<u>7.804</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$3.227 (4.465 em 31 de dezembro de 2020).

O potencial PIS/Cofins (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R\$ 62 e R\$ 286 para PIS e Cofins (R\$ 40 e R\$ 184 respectivamente para 31 de dezembro de 2020).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a taxa média é de 8,42% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$756 e R\$746.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento

Notas Explicativas

do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2021</u>
Cíveis	345	2.150	(758)	(927)	-	810
Trabalhistas	2.292	1.261	(1.711)	(855)	-	987
Regulatório	23.741	1.798	(2.766)	-	-	22.773
Total	26.378	5.209	(5.235)	(1.782)	-	24.570

	<u>31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2020</u>
Cíveis	252	370	(2)	(275)	-	345
Trabalhistas	1.918	1.709	(246)	(1.089)	-	2.292
Regulatório	25.110	(361)	-	-	(1.008)	23.741
Total	27.280	1.718	(248)	(1.364)	(1.008)	26.378

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R\$22.773 (R\$23.741 em 31 de dezembro de 2020). As novas adições relativas ao ano de 2021 referem-se a processos em que é provável a aplicação do conceito da Continuidade Delitiva. A Sociedade, a partir do ano de 2018, vêm adotando em suas tratativas junto ao órgão regulador essa modalidade, a Continuidade Delitiva, onde, quando da ocorrência de aplicação de diversas penalidades da mesma natureza em um mesmo ato de fiscalização, essas penalidades adicionais à primeira aplicada são canceladas através do pagamento de apenas um dos processos relativos a infração cometida, quando não há mais discussão do mérito. Diante da possibilidade de aplicação desse conceito pela ANTT e considerando a possibilidade de pagamento de certas penalidades com o correspondente cancelamento de um determinado número de outras penalidades, a Sociedade avaliou e com base em seu melhor julgamento e estimativa fez o provisionamento de tais processos. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$42.755 (R\$39.690 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de dezembro de 2021 representam o montante de R\$1.829 (R\$1.987 em 31 de dezembro de 2020).

Os depósitos judiciais no montante de R\$4.209 (R\$4.848 em 31 de dezembro de 2020), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$685 (R\$1.064 em 31 de dezembro de 2020), há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

Notas Explicativas

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 3,66% em 31 de dezembro de 2020, considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	34.056	27.103	61.159
Adições/Reversões	5.422	20.374	25.796
Utilizações	(30.102)	-	(30.102)
Ajuste a valor presente	1.665	1.243	2.908
Transferências	23.486	(23.486)	-
Saldo em 31.12.2021	<u>34.527</u>	<u>25.234</u>	<u>59.761</u>

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	27.397	19.747	47.144
Adições/Reversões	10.689	20.668	31.357
Utilizações	(20.335)	-	(20.335)
Ajuste a valor presente	1.711	1.282	2.993
Transferências	14.594	(14.594)	-
Saldo em 31.12.2020	<u>34.056</u>	<u>27.103</u>	<u>61.159</u>

Os pagamentos efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 referentes às manutenções realizadas foram de R\$31.686 (R\$22.411 em 31 de dezembro de 2020).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.099.584 que representa 1.656.659.368 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 era de R\$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$1.094.734 que representava 1.656.659.368 ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2021	AGE*	Dinheiro	-	-	4.850
			-	-	<u>4.850</u>

Notas Explicativas

(*) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2019. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2021 ter apresentado prejuízo líquido.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Receita Bruta:		
Receita de serviços prestados	194.853	175.726
Receita de serviços de construção	64.301	59.159
Outras receitas	896	886
	260.050	235.771
Deduções:		
ISSQN	(9.759)	(8.830)
PIS	(1.271)	(1.135)
COFINS	(5.866)	(5.235)
Outras deduções	(208)	(120)
Receita líquida	242.946	220.451

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custos:		
Com pessoal	(15.333)	(12.287)
Serviços de terceiros	(13.417)	(16.658)
Conservação	(15.261)	(13.844)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.061)	(1.188)
Consumo	(3.390)	(3.147)
Transportes	(1.970)	(1.576)
Verba de fiscalização	(3.808)	(3.642)
Seguros / Garantias	(1.725)	(1.870)
Provisão de manutenção em rodovias	(25.796)	(31.357)
Custos de serviços da construção	(64.301)	(59.159)
Depreciação / Amortização	(98.462)	(95.109)
Outros	(168)	(331)
Total	<u><u>(244.692)</u></u>	<u><u>(240.168)</u></u>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas:		
Com pessoal	(6.924)	(6.479)
Serviços de terceiros	(1.533)	(1.662)
Manutenção de bens e conservação	(730)	(732)
Consumo	(532)	(438)
Transportes	(32)	(120)
Seguros/Garantias	(19)	(31)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	26	(1.470)
Comunicação e marketing	(182)	(93)
Indenizações à terceiros	(5)	-
Publicações legais	(171)	(173)
Depreciação / Amortização	(867)	(506)
Outros	(661)	(648)
Total	<u><u>(11.630)</u></u>	<u><u>(12.352)</u></u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.749	717
Créditos fiscais (a)	14	587
Atualização monetária dos processos regulatórios	-	1.001
Outras receitas	5	5
Total	<u><u>1.768</u></u>	<u><u>2.310</u></u>

Notas Explicativas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(53.090)	(40.008)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.640)	(3.351)
Outras despesas	(1.086)	(897)
Total	<u>(57.816)</u>	<u>(44.256)</u>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Outros resultados financeiros líquidos:		
Variação cambial líquida	(44)	(89)
Total	<u>(44)</u>	<u>(89)</u>

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$53.090, o montante de R\$2.706 foi capitalizado (R\$40.008 e R\$2.204 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento.

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Informações suplementares

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	67.641	62.103
Total das adições de imobilizado	24	-
Juros capitalizados - financiamentos	(572)	(550)
Juros capitalizados - debêntures	(2.134)	(1.654)
	<u>64.959</u>	<u>59.899</u>
Aquisição (adições)	(64.959)	(59.899)
Fornecedores	2.972	(1.810)
Obrigações fiscais	(272)	984
Contas a pagar - partes relacionadas	(70)	1.845
Cauções contratuais	483	(272)
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(30.102)	(20.335)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(91.948)</u>	<u>(79.487)</u>
Fluxo de caixa imobilizado	(24)	-
Fluxo de caixa intangível	(91.924)	(79.487)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	<u>(91.948)</u>	<u>(79.487)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(26.989)	(19.588)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

Notas Explicativas

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do exercício	(45.859)	(48.702)
Número de ações durante exercício	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	<u>(0,0266)</u>	<u>(0,0283)</u>

(*) Em milhares.

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2021		31.12.2020	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	4.674	4.674	8.757	8.757
Aplicação Financeira	Nível 2	1	8.213	8.213	5.313	5.313
Contas a receber clientes	Nível 2	2	9.996	9.996	7.843	7.843
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	701	701	180	180
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	14.858	14.858	14.674	14.674
Outros Créditos	Nível 2	2	291	291	282	282
			<u>38.733</u>	<u>38.733</u>	<u>37.049</u>	<u>37.049</u>
Passivo						
Financiamentos (**)	Nível 2	2	203.594	203.594	248.554	248.554
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	204	204	123	123
Debêntures privada - partes relacionadas	Nível 2	2	168.581	168.581	85.145	85.145
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	2.947	2.947	2.098	2.098
Debêntures (**)	Nível 2	1	155.993	202.924	171.679	192.635
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	15.826	15.826	16.292	16.292
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	330	330	309	309
Outras contas a pagar	Nível 2	2	1.673	1.673	631	631
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	1	10.771	10.771	10.080	10.080
			<u>559.919</u>	<u>606.850</u>	<u>534.911</u>	<u>555.867</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 13

(***) Não escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

Notas Explicativas

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução -25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases

Notas Explicativas

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	4,50%
Receita de aplicações financeiras	2.933	3.666	4.400	2.200
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(21.457)	(26.397)	(31.336)	(16.518)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(18.524)</u>	<u>(22.731)</u>	<u>(26.936)</u>	<u>(14.318)</u>
TJLP	6,08%	7,60%	9,12%	7,27%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(16.233)	(19.101)	(21.970)	(13.365)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(16.233)</u>	<u>(19.101)</u>	<u>(21.970)</u>	<u>(13.365)</u>
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	2,64%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(1.603)	(1.869)	(2.135)	(1.338)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(1.603)</u>	<u>(1.869)</u>	<u>(2.135)</u>	<u>(1.338)</u>
Juros a incorrer líquido no resultado	<u>(36.360)</u>	<u>(43.701)</u>	<u>(51.041)</u>	<u>(29.021)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 03 de janeiro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$9.151 (R\$7.140 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre

Notas Explicativas

terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Sociedade reconheceu um prejuízo líquido de R\$45.859, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$117.894 (R\$103.373 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático		204.558	236.512	14.780	49.429	63.914	91.621	16.768
Capital de giro	10,51%	204	204	204	-	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	10.771	10.771	2.967	3.048	3.040	1.716	
Debêntures - CDI	10,88%	168.581	228.490	-	-		228.490	
Debêntures - IPCA	15,01%	155.993	215.003	-	41.857	52.475	120.671	-
Fornecedores e cauções contratuais		15.826	15.826	10.588	5.238	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		2.947	2.947	2.947	-	-	-	-
Outras contas a pagar		1.673	1.673	1.673	-	-	-	-
		560.553	711.426	33.159	99.572	119.429	442.498	16.768

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	73.489

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$86.608 (R\$90.791 em 31 de dezembro de 2020).

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de recursos recebidos oriundos da liberação parcial da 8ª e 9ª emissão de debêntures privadas, respaldada pela ata constituída em 05 de agosto de 2021 referente a emissão de R\$40.000 debêntures e em 20 de janeiro de 2022 referente a emissão de R\$38.000, respectivamente.

Data	Aprovação	Emissão	Valor
05.01.2022	AGE	8ª emissão	3.000
20.01.2022	AGE	9ª emissão	8.000
07.02.2022	AGE	9ª emissão	5.000
21.02.2022	AGE	9ª emissão	2.000
			18.000

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Planalto Sul S.A. Rio Negro – PROpinhãoExaminamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.Base para opiniãoNossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.Principais assuntos de auditoriaPrincipais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessãoVeja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assuntoEm 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão.Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI).Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:- Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance): (i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade;(iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e(vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente.? Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.Realização dos ativos fiscais diferidosVeja as notas explicativas 3(ii), 4.8 e 7 das demonstrações contábeis Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assuntoEm 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 192.098 mil.Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance):(i) se o estudo técnico preparado pela administração da Sociedade foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa;(ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração da Sociedade (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado;(iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e(vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.Outros assuntosDemonstração do valor adicionadoA demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditoresA administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra

forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.— Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto - SP, 23 de fevereiro de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2 SP-027666/F Gustavo de Souza Matthiesen Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da DiretoriaNa qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Rio Negro, 24 de fevereiro de 2022

Andre Giavina BianchiDiretor Executivo de OperaçõesAntonio Cesar Ribas SassDiretor de OperaçõesGiane Luza Zimmer FreitasDiretora de Assuntos RegulatóriosLuiz Marcelo de SouzaDiretor de ManutençãoSimone Aparecida BorsatoDiretora Econômico Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes. Rio Negro, 24 de fevereiro de 2022 Diretoria Andre Giavina Bianchi Diretor Executivo de Operações Antonio Cesar Ribas Sass Diretor de Operações Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios Luiz Marcelo de Souza Diretor de Manutenção Simone Aparecida Borsato Diretora Econômico Financeiro e de Relações com Investidores